

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 020/2026

Proc. Administrativo 763/2026

DA FINALIDADE: Inexigibilidade de Licitação

DO OBJETO: Contratação destinada ao pagamento de taxa de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 24.772.287/0001-36, situada na Av. Mato Grosso, 66 NE, Centro.

DA CONTRATADA: CONFEDERACAO NACIONAL DE MUNICIPIOS, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº **00.703.157/0001-83**, estabelecida na Q Sgan, nº 601, Bairro Asa Norte, Brasília-DF.

DA JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente contratação, sendo que a participação é indispensável para a Governança Municipal, a necessidade baseia-se em:

- a) Alinhamento Estratégico: Sendo o maior evento do setor na América Latina, a Marcha é o único espaço que permite o diálogo direto e simultâneo entre os Municípios, o Congresso Nacional e o Governo Federal.
- b) Defesa de Pautas Federativas: A presença física dos gestores é crucial para a mobilização política em torno de temas como a redistribuição de receitas, novos marcos regulatórios e o pacto federativo.
- c) Qualificação de Alto Nível: O evento funciona como uma imersão técnica em gestão e desenvolvimento, essencial para que secretários e prefeitos atualizem suas administrações conforme as tendências de governança pública global.

RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR: As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços a serem disponibilizados perante este órgão.

O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

Nesse sentido, a Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021.

O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação Contratação de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento, consagrado como o maior encontro municipalista da América Latina, ocorrerá de 18 a 21 de maio de 2026. A solução visa integrar a liderança do Executivo local no principal fórum de debate sobre políticas públicas e desenvolvimento institucional do continente

Estima-se que o valor da contratação seja de R\$ 2.400,00, que corresponde ao valor de R\$ 600,00 por participante. Conforme demonstrado na pesquisa de preços anexadas a este Instrumento, o valor está dentro do praticado no mercado para soluções de mesma natureza, atendendo aos princípios da razoabilidade e economicidade.

ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES: Inscrição de 04(quatro) secretários na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Segue abaixo a relação das servidoras que participarão do curso:

Nome	Cargo	Matrícula
Odila Cecilia Roberto	Secretária de Finanças	6377
Cleide Maria Anzil	Secretária de Saúde	6824
Leia Maria Rea Nedel	Secretária de Educação	6873
Marcio Clei Ferreira do Nascimento	Secretário de Des. Econômico	6381

DA RELAÇÃO DO ITEM COM QUANTITATIVO E VALOR:

Nº DO ITEM	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	56078	Taxa de inscrição na XXVII Marcha a Brasília	un - unidade	4	600,00	2.400,00

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações da Administração Pública:

a) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;



- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
 - c) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
 - d) Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Instrumento;
 - e) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
 - f) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Instrumento;
 - g) Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
 - h) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
 - i) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Instrumento.

São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- c) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;
- d) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularizações se necessárias;
- e) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- f) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- g) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- h) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

DA VIGÊNCIA: O contrato terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: Pelo instrumento ora realizado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de **R\$ 2.400,00 (dois mil e**

quatrocentos reais) e o pagamento será efetuado em parcela única, por meio de Ordem Bancária (OB) emitida em favor do fornecedor, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento da Nota Fiscal/fatura dos itens/serviços efetivamente entregues, devidamente atestada pelo agente fiscalizador designado para esse fim, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n. 56/2023.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas necessárias para execução do evento serão cobertas com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, consignada no orçamento desta Prefeitura:

04.001.04.129.0002.20018.3390000000.15000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS
09.001.12.122.0002.20054.3390000000.15001001000000 - APLICAÇÕES DIRETAS
10.001.10.122.0011.20074.3390000000.15001002000000 - APLICAÇÕES DIRETAS
08.001.23.122.0002.20041.3390000000.15000000000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação, conforme Art. 74, inciso III “f”, da Lei nº 14.133/2021. O instrumento contratual fica dispensado por se tratar de execução de serviço imediato.

Campo Novo do Parecis, 27 de abril de 2026.

Tarcísio Nascimento da Silva
Agente de Contratação

Ratifico a Inexigibilidade do procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e autorizada.

Edilson Antonio Piaia
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 397A-2CA1-7D75-31EC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



TARCISIO NASCIMENTO (CPF 797.XXX.XXX-15) em 27/04/2026 09:57:47 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



EDILSON ANTONIO PIAIA (CPF 390.XXX.XXX-91) em 27/04/2026 17:04:46 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 27/04/2026 às 18:04 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/397A-2CA1-7D75-31EC>